

Governo lança em setembro concurso público para reconversão da Central a carvão do Pego

15 de Julho, 2021

O Ministério do Ambiente e da Ação Climática acaba de anunciar que, em setembro, vai lançar um concurso público para reconversão da Central a carvão do Pego. Numa nota divulgada à imprensa, o Governo explica que este procedimento concursal tem como objetivo a atribuição do ponto de injeção na Rede Elétrica de Serviço Público (RESP) atualmente ocupado pela Central Termoelétrica a carvão do Pego.

Considerando que o Contrato de Aquisição de Energia da Tejo Energia, S.A. cessa a 30 de novembro de 2021, tendo como consequência a caducidade das licenças correspondentes e a subsequente perda da capacidade de injeção na RESP, “importa proceder à atribuição deste ponto de injeção, mediante um procedimento concorrencial aberto, transparente e não discriminatório”, lê-se num comunicado divulgado pelo Governo.

O Ministério do Ambiente e da Ação Climática está em conversações com o Município de Abrantes, com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e com os representantes dos trabalhadores, de forma a acautelar as diversas preocupações na preparação do procedimento concorrencial. “O papel destas entidades será, ainda, fundamental no âmbito da Comissão de Avaliação, a ser constituída com representantes do município, da região, dos trabalhadores e do Estado, para a adequada avaliação e apreciação dos projetos submetidos a concurso com vista à subsequente adjudicação”, precisa a nota.

De acordo com este Ministério, o procedimento concorrencial terá como objeto a “adjudicação de um projeto exclusivamente focado na produção de energia de fontes renováveis”, que poderá apresentar diversas soluções: “a produção de eletricidade renovável, a produção de gases renováveis, a produção de combustíveis avançados e/ou sintéticos, ou um mix destes, sendo ainda valorizada a inclusão de soluções de armazenamento de energia”.

Das propostas submetidas, o Governo refere que serão valorizadas aquelas que se distingam ao nível da “criação de valor económico para a região”, que “criem novos postos de trabalho no médio-longo prazo” e que impliquem um “menor hiato temporal entre o término da atividade da atual Central a carvão e a implementação do novo projeto”. Para tal, será “obrigação do adjudicatário fixar a sua sede social no concelho de Abrantes, valorizar do ponto de vista energético os recursos endógenos renováveis e a manutenção dos postos de trabalho existentes”, acrescenta.

Segundo o comunicado, constituirá, ainda, encargo do adjudicatário a “implantação de uma zona piloto destinada à experimentação em ambiente real de novas tecnologias de I&D” no âmbito das energias renováveis.

As peças do procedimento serão elaboradas tendo em consideração os princípios da transição justa, sendo objetivo do Ministério do Ambiente e da Ação Climática que o projeto a ser desenvolvido “contribua para uma economia que se sustente nos recursos endógenos renováveis, mediante a sua utilização eficiente”, que “garanta uma transição justa entre setores e regiões e que fomenta, gere riqueza e pugne pelo desenvolvimento daqueles territórios”.